

CONTRATO CEDAE N.º 167/2018 (DF)que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CEDAE** e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES
PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, identidade nº 06265979-2 – DETRAN/RJ e CPF 771.854.127-49 e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, identidade nº 04186464-6 – DETRAN/RJ e CPF 112.860.916-91 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**, por intermédio de sua filial localizada na Avenida Brasil 4233, Distrito Industrial, Rio Claro/SP, CEP: 13.505-600, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08862530/0011-22, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seus procuradores, Sr. LUIZ MARQUES DOS SANTOS, portador da cédula de identidade nº 1.001.356 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 443.215.469 e Srª AUREA MARIALVA DE OLIVEIRA BELLI, portadora da cédula de identidade nº 846.101-5 SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 194.048.679/34, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, com fundamento no **processo administrativo nº E-07/100.728/2018**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de "**TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA A DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR**", regida pela Ata de Registro de Preços CEDAE nº 0003/2018/247100-01 – **Pregão Eletrônico nº 003/2017**, itens 01 a 08, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant. (M)
01	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 50.	56.406
02	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 75.	96.444
03	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 100.	14.730
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN100.	1.602
05	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 150.	21.270
06	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 200.	21.990
07	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 250.	8.196
08	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 300.	3.390

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.



40252

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da ordem de serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1201623977
Código Orçamentário: 44903010
Fonte de Recursos: 04
Conta Contábil: 161110002
Centro de Custos: DT03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000974

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 5.903.807,34 (cinco milhões, novecentos e três mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavos)**.



oitocentos e sete reais e trinta e quatro centavos), conforme tabela abaixo.

Item	Descrição	Quant. (M)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 50.	56.406	6,69	377.356,14
02	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 75.	96.444	13,30	1.282.705,20
03	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA-CLASSE 15-DN 100.	14.730	22,50	331.425,00
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 100.	1.602	20,50	32.841,00
05	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 150.	21.270	41,50	882.705,00
06	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 200.	21.990	71,00	1.561.290,00
07	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 250.	8.196	110,00	901.560,00
08	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA 1,0 MPA DN 300.	3.390	157,50	533.925
TOTAL:				5.903.807,34

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo Diretor Presidente, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega do bem/produto;
- definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo geral da CEDAE (conforme item 25.3 do edital), na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a

fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 5.903.807,34 (cinco milhões, novecentos e três mil, oitocentos e sete reais e trinta e quatro centavos)**, a ser realizado à vista, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº 213930-8, agência 3178-0, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito à Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.210-030, após a entrega de cada parcela.

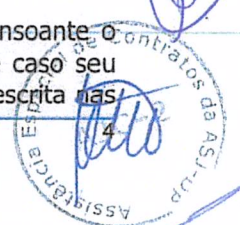
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas



alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Não será exigido da **CONTRATADA** prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:



a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

b.1) Tratando-se de Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta ou indireta, prevista na alínea c, do item 24.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO – A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO – Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa

do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Gestão de Fornecedor da Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato, na forma do Art. 6º da Deliberação TCE nº 280/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

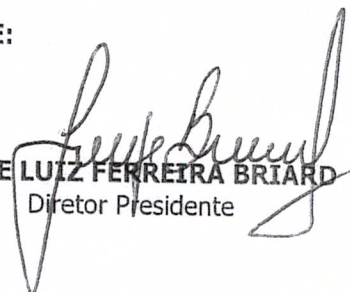
CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

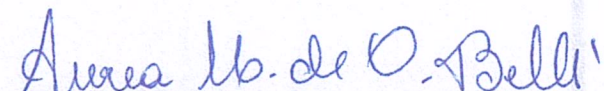
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2018.

Pela CEDAE:



JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela CONTRATADA:


AUREA MARIALVA DE OLIVEIRA BELLI

Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Aurea Marialva de Oliveira Belli
RG 846101-5 SESP/SC
Procuradora


LUIZ MARQUES DOS SANTOS
Procurador

Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Luiz Marques dos Santos
RG 1.001.356 SSP/SC
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-TIGRE -aquisição-de-tubos-PVC-PE-003-2017-PLDR

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
PARTES: O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - NOVO DE GASE, (Contratante) e o Contratado CLARA ATHAYDE PINHEIRO, ID Funcional: 5081827-9
OBJETO: DISTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO A CONTRATANTE, POR PRAZO DETERMINADO, a contar de 19/10/2018, nos termos do inciso V do Art. 12, da Lei nº 6.901/2014, a qual atuou na área e na função de Auxiliar Socioeducativo Feminino, para a qual prestou Processo Seletivo de Contratação Temporária, conforme Edital/2015, publicado no DOERJ de 29/10/2015.
VALOR: R\$ 2.572,57 (dois mil quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).
FUNDAMENTO: Artigo 37, Inciso IX, da CRFB/1988, bem como, em observância à Lei Estadual nº 6.901, de 02/10/2014, e o Decreto nº 45.424, de 22/10/2015.
PROCESSO Nº E-03/02/11/00932/2018.
DATA DO DISTRATO: 19/10/2018.

ID: 2147319

**Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Social**
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
**FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**AVISO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018.
TIP: Menor Preço Global
OBJETO: Aquisição de bens comuns em equipamentos de informática (800 computadores para atualização do parque tecnológico da Fundação CECIERJ)
DATA: 10/12/2018 às 09h15min (hora de Brasília-DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.061.890,00 (dois milhões, sessenta e um mil oitocentos e noventa reais).
PROCESSO Nº E-26/004/669/2018.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.cecierj.edu.br, podendo, alternativamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 4,00 (quatro reais), comprovado por meio de guia de depósito, conforme item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 6º andar - sala 614 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas.

ID: 2147342

**FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À
DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**AVISO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2018.
TIP: Menor Preço Unitário por Item
OBJETO: Aquisição de materiais.
DATA: 10/12/2018, às 13h15min (hora de Brasília-DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: R\$ 33.726,66 (trinta e três mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).
PROCESSO Nº E-26/004/669/2018.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.cecierj.edu.br, podendo, alternativamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 4,00 (quatro reais), comprovado por meio de guia de depósito, conforme item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 6º andar - sala 614 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas, até 24 horas antes da data marcada para a realização do certame.

ID: 2147327

Secretaria de Estado do Ambiente
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE****COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 166/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS, itens 01 a 12.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 6.625.842,40 (seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.708/2018 (Ata de Registro de Preços nº 004/2018/247100-01 - PE nº 002/2017).

ID: 2148175

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 167/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA A DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR, itens 01 a 08.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 5.903.807,34 (cinco milhões, novecentos e três mil oitocentos e sete reais e trinta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 27/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.728/2018 (Ata de Registro de Preços CEDAE nº 0003/2018/247100-01 - Pregão Eletrônico nº 003/2017).

ID: 2148176

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 161/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos operacionais para atendimento aos órgãos da CEDAE, na região metropolitana e interior do Estado do Rio de Janeiro.
PRAZO: 720 (setecentos e vinte) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 643.680,00 (seiscentos e quarenta e três mil seiscentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017). A Ordem de Serviço nº 15.208/2018, designando a Comissão de Fiscalização e o Gerente do referido contrato, foi publicada no D.O. de 17/08/2018, página 15, 2ª coluna.

ID: 2147741

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 162/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a D2 DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.
OBJETO: Reforma dos letreiros luminosos do prédio sede da CEDAE.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 224.700,00 (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.386/2018 (Pregão Eletrônico nº 366/2018).

ID: 2147742

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 157/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MS INSTRUMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL ULTRASSÔNICO, itens 01, 02, 06, 07, 08 e 09 do Anexo I ao Edital.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 407.782,00 (quatrocentos e sete mil setecentos e oitenta e dois reais).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.214/2017 (Pregão Eletrônico nº 349/2018).

ID: 2147744

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 159/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TANQUE DE PRFV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 239.364,90 (duzentos e trinta e nove mil trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.218/2018 (Pregão Eletrônico nº 363/2018).

ID: 2147745

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 160/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS.
PRAZO: 05 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 547.402,98 (quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e dois reais e noventa e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 14/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.803/2018 (Ata de Registro de Preços nº 004/2018/247100-01 - PE nº 002/2017).

ID: 2147746

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 158/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRICOMEX LTDA EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL ULTRASSÔNICO, item 03, do Anexo I ao Edital.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 24.074,05 (vinte e quatro mil setenta e quatro reais e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.214/2017 (Pregão Eletrônico nº 349/2018).

ID: 2147747

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

"INSTRUMENTO: Aditivo Nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 095/2017 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LATINIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reajustamento dos preços contratados referente a 1ª anualidade.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 362.721,09 (trezentos e sessenta e dois mil setecentos e vinte e um reais e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-07/100.329/2017 (IL nº 010/2017 - DF).
*Omitido no D.O. de 01/10/2018.

ID: 2147743

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 201/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, PARA PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA CIVIL EM TRÂMITE NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA, VARAS CÍVEIS, VARAS EMPRESARIAIS DA JUSTIÇA ESTADUAL, BEM COMO AS DA JUSTIÇA FEDERAL QUE TEM A CEDAE COMO PARTE.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 15/01/2019, no mesmo local e horário anteriormente divulgados.

ID: 2147987

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Formulário de Transferência de Propriedade. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (donatária) e FAO/BRASIL. OBJETO: 02 (dois) Computadores Laptop Notebook Dell i14-7460-a e 02 (dois) Veículos Renault Modelo Duster H1C2 1.6.
DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2018. **PROCESSO Nº E-07/002/30815/2018.**

ID: 2147950

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

"INSTRUMENTO: Termo Aditivo INEA nº 48/2018 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2018 - INEA, assinado em 15/11/2018. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e WIRELESS COMM SERVICES LTDA. OBJETO: Alteração quantitativa do Contrato nº 13/2018, relativo à continuidade operacional de comunicação de dados para a implementação, operação e manutenção de rede corporativa - LAN e WAN entre as unidades do INEA, com fundamento no inciso I, alínea b do art. 65, c/c o art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
VALOR: R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais). **DATA DA ASSINATURA:** 15/11/2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1966, e alterações; Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº E-07/002/9505/2017.**
*Omitido no D.O. de 16/11/2018.

ID: 2147951

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA
E ABASTECIMENTO**
**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 09/2018 DE 13/09/2018. PARTES: PESAGRO-RIO e VIA LUMENS AUDIO, VÍDEO E INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GELADEIRA/REFRIGERADOR DUPLEX FROSTFREE. PRAZO: 30 (trinta) dias, a contar de 13/09/2018. DATA DA ASSINATURA: 13/09/2018. VALOR: R\$ 2.999,00 (dois mil novecentos e noventa e nove reais). Nº DE REGISTRO: 028/18. FUNDAMENTO: Proc. nº E-02/003/210/2017.
*Omitido no D.O. de 02/10/2018.

ID: 2147791

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA
E ABASTECIMENTO**
**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/18. PARTES: PESAGRO-RIO e COMPLAN EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO CONTRATO Nº 018/18, RELATIVO À EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, COM VISTAS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA A REFORMA DO LABORATÓRIO DE SOLOS E DA SEDE DO CAMPESTRE DA PESAGRO-RIO NA REGIÃO SERRANA. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2018. VALOR: R\$ 48.489,39 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). Nº DE REGISTRO: 027/18. FUNDAMENTO: Proc. nº E-02/003/57/2018, Lei Federal nº 8.666/93.

ID: 2147854

Secretaria de Estado de Cultura
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: I Termo Aditivo ao Contrato Comercial nº 06/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. OBJETO: Alteração quantitativa do Objeto. FUNDAMENTO: Art. 58, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 31/08/2018. PROCESSO Nº E-18/001/100102/2018.
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

ID: 2147883

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: II Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato original por mais 03 (três) meses e aplicação de reajuste, a contar de 02/09/2018. FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 31/08/2018. VALOR: R\$ 718.180,77 (setecentos e dezoito mil cento e oitenta reais e setenta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 2018, FR 100 e 2018NE00628. PROCESSOS Nºs E-18/001/667/2017 e E-18/001/100229/2018.
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

ID: 2147898

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: III Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato original por mais 03 (três) meses e aplicação de reajuste, a contar de 02/09/2018. FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 31/08/2018. VALOR: R\$ 525.895,68 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 2018, FR 100 e 2018NE00627. PROCESSOS Nºs E-18/001/667/2017 e E-18/001/100102/2018.
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

ID: 2147892

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº E-18/001/100257/2018	Projeto: Narrativas
	Produção: Nacional	Proponente: Coletiva Projetos Culturais Ltda.
	CPF/CNPJ: 11.937.451/0001-76	Patrocinador: OI Móvel S.A.
	CNPJ: 05.423.963/0133-61	Valor Total Incentivado: R\$ 150.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado): R\$ 30.000,00	Valor Total de Contrapartida R\$ 100.000,00
02	Processo nº E-18/001/100278/2018	Projeto: Olamapa
	Produção: Nacional	Proponente: Memória Visual - Fotografia, Preservação de Acervos, Produção Editorial e Cultural Ltda.
	CPF/CNPJ: 08.951.304/0001-46	Patrocinador: OI Móvel S.A.
	CNPJ: 05.423.963/0133-61	Valor Total Incentivado: R\$ 150.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado): R\$ 30.000,00	Valor Total de Contrapartida R\$ 100.000,00
03	Processo nº E-18/001/100340/2018	Projeto: Os Desajustados
	Produção: Nacional	Proponente: Mera Semelhança Produções